

# 1 Introdução

Assim como cada um coloca onde quer a fronteira dos seus limites, não há regras que separem as concessões necessárias das abusivas. Mas há algumas pistas universais. “A verdade é uma arma letal. Não dá para dizer a uma amiga que a festa dela estava um horror (...). A pessoa franca demais é absolutamente desagradável”. (Ribeiro, 1999, p. 133).

Nas últimas décadas, as áreas relacionadas às comunicações têm observado um desenvolvimento bastante considerável. Inúmeras são as ferramentas disponíveis para estimular o contato entre as pessoas e, de uma certa forma, diminuir a distância entre elas. Apenas para citar três exemplos bastante comuns atualmente, temos: o telefone móvel, a internet e os programas de mensagens instantâneas que integram texto escrito, voz e imagem. Diante de tantas inovações, a possibilidade de interagir com o outro aumenta sobremaneira e a comunicação interpessoal, envolvendo indivíduos que tenham ou não a mesma bagagem cultural, parece ganhar destaque nunca antes visto. Até mesmo no contexto de ensino de língua estrangeira, observa-se a aplicação de abordagens que contemplam a importância da comunicação, partindo do princípio de que usamos a língua para interagir e realizar ações (Travaglia, 1997). Um exemplo bastante difundido atualmente é o da Abordagem Comunicativa para ensino de línguas estrangeiras.

Considerando o exposto acima, pode-se dizer que aqueles que se dedicam, hodiernamente, à tarefa de ensinar uma língua estrangeira e, em especial, o português como segunda língua para estrangeiros – PL2E, de acordo com a nomenclatura proposta por Meyer (2004)<sup>1</sup> – certamente já se viram diante da tarefa de ter de levar seus estudantes a desenvolverem sua competência comunicativa no idioma-alvo, enfocando diferentes – mas integradas – competências, tais como: lingüística, sociolingüística e pragmática (Conseil de l'Europe, 2000) ou, conforme Cardoso (2004), estratégica, lingüístico-comunicativa, sociolingüística e sociocultural. Tendo em vista o panorama que se configura atualmente, o objetivo do ensino do português como uma L2E, então, é, muito freqüentemente, o de tornar esses estudantes capazes de interagir com brasileiros em diversos contextos situacionais, sobretudo naquelas

---

<sup>1</sup> Esta também é a nomenclatura adotada nos cursos de pós-graduação da PUC-Rio, instituição a que a autora do referido artigo está vinculada.

situações mais comuns da vida diária, não deixando de contemplar as situações relativas aos contextos profissional e acadêmico.

Foi com a preocupação de levar meus estudantes a serem capazes de utilizar a língua portuguesa em diferentes contextos, com os mais variados interlocutores e com os mais diversos propósitos, que certo dia propus, em um de meus cursos de português língua estrangeira, uma discussão acerca das vantagens e desvantagens de se morar em uma metrópole como o Rio de Janeiro. Em um dado momento da aula, uma estudante de origem jamaicana, após ter sido questionada acerca de sua opinião sobre a cidade do Rio de Janeiro, proferiu como resposta o seguinte enunciado: “Não gosto dessa cidade!”. Comecei, imediatamente, a perguntar-lhe os porquês daquela opinião, em uma tentativa de buscar justificativas para uma resposta tão inesperada e tão diversa das outras que até então tinha escutado dos demais estudantes. Certamente minha expectativa era a de obter uma resposta positiva que valorizasse minha cidade ou, pelo menos, uma resposta desfavorável prefaciada ou indireta, já que há estudos a respeito de aspectos relacionados à elaboração da negação em português do Brasil (Prado, 2001; Albuquerque, 2003) indicando que procuramos evitar a emissão direta de respostas que tenham carga negativa.

Caso semelhante é ilustrado pela epígrafe escolhida para abrir este primeiro Capítulo. Obviamente, a fala reproduzida está inserida em um contexto sócio-cultural brasileiro, caracterizado pela existência da figura do ‘homem cordial’, pela resistência ao conflito, pela indiretividade e pelo jeitinho (DaMatta, 1997; Holanda, 1995; Barbosa, 1992; Meyer, 2000; Kepp, 2003). Diante desses aspectos, compreende-se a razão das discussões e estudos empreendidos na tentativa de melhor compreender porque o brasileiro tem, de modo geral, dificuldade em optar pela verdade e pela franqueza em algumas ocasiões e também a sua preferência por respostas evasivas, muitas vezes criticadas por aqueles que têm outros parâmetros culturais. A esse respeito, Keep (2003), um norte-americano com passagens pelo Brasil, faz o seguinte comentário em um livro que retrata seu dia-a-dia no Brasil e sua visão dos brasileiros e de sua cultura.

Eu fui criado não no Brasil católico, mas na América protestante, onde a salvação está ligada à conduta pessoal e moral rígida no cotidiano, e não na redenção. Isso ajuda a explicar por que os americanos são muito mais bruscos do que os brasileiros, que são mais corteses. (Keep, 2003, p. 153).

A surpresa causada pelas situações descritas levou-me a buscar explicações que pudessem justificá-las. Uma investigação no material didático adotado na turma da aluna citada apontou para o fato de que o ato de opinar, apesar de ser enfatizado, era tratado de modo superficial, além de ser confundido com os atos de concordar e discordar. Ademais, no caso da ‘Opinião Desfavorável’, os exemplos apresentados no material ilustravam casos de opinião desfavorável direta, sem comentários acerca dos contextos situacionais em esse tipo de opinião poderia ser proferida. Foi possível verificar, então, que esse tópico, quando abordado, resumia-se à sua apresentação na forma de listas, seguidas, às vezes, de alguns poucos exemplos, sem menção à questão do uso.

A busca, então, por um melhor entendimento das questões expostas até este momento delineou, de certa forma, o tema proposto nesta Tese: a elaboração, em português do Brasil, da ‘Opinião Desfavorável’. Foi também de fundamental importância o fato de que há, de modo geral, na área de PL2E, poucos estudos sobre os atos de fala. Por conta disso, não se identificou um quadro mais detalhado sobre a construção da ‘Opinião Desfavorável’.

Os fatos apresentados, bem como o tema da pesquisa, remetem a uma discussão recorrente na área de ensino de língua estrangeira que diz respeito àquilo que se considera conhecer ou falar bem uma língua. Essas noções certamente não têm uma única definição, visto que podem ter diferentes contornos em função da abordagem de ensino de língua estrangeira (LE) que se esteja considerando. Saber uma língua estrangeira em concepções de base estruturalista significa, por exemplo, conhecer bem a sua estrutura. Isso, no entanto, não é garantia de que se tenha sucesso em uma situação real de comunicação. Por conta desse fator, parece haver, atualmente, na área de ensino de LE, a compreensão de que saber gramática não é um indicador para avaliar se alguém é ou não bom usuário de uma língua. No caso da aluna jamaicana, ela demonstrou conhecimento a respeito do sistema da língua, mas talvez não se possa dizer o mesmo com relação à competência interacional ou às regras de interação social que empregamos nas diferentes situações comunicativas. A necessidade de se considerar todas as competências mencionadas anteriormente advém do fato de que o sucesso em uma comunicação real e intercultural não pode ser garantido apenas com base no conhecimento lingüístico (Meyer, 2002). É preciso levar também em conta que diferenças culturais, de comportamento ou de regras de interação – apenas para

citar algumas – podem criar ruídos que dificultam ou impedem a compreensão, tal como sugerido pela situação anteriormente apresentada.

O mesmo ocorre com a elaboração da ‘Opinião Desfavorável’. Nesse caso, não basta conhecer os marcadores de opinião ou saber a conjugação do verbo achar, de uso corrente quando se trata de emissão de opinião [cf. Capítulo 5]. É preciso também saber, por exemplo, as regras que regulam as inúmeras escolhas que os falantes fazem quando se encontram em diferentes contextos situacionais. Isso significa que não basta saber produzir um enunciado gramaticalmente correto como o sugerido pela epígrafe “A festa estava realmente um horror”. A isso deve se somar um conhecimento a respeito da ocasião e das pessoas com as quais se pode empregar tal enunciado.

Tendo em vista o tema apresentado, objetiva-se, com esta pesquisa, verificar como os brasileiros, em especial aqueles naturais do estado do Rio de Janeiro, constroem sua opinião quando confrontados a situações que exigem a emissão de uma ‘Opinião Desfavorável’. A esse que pode ser considerado o objetivo geral, somam-se os seguintes objetivos específicos:

1. Verificar se as variáveis sexo, faixa etária e renda regulam a elaboração da ‘Opinião Desfavorável’.
2. Verificar o grau de relacionamento entre as variáveis campo e relações (Halliday, 1989) e a elaboração da ‘Opinião Desfavorável’.
3. Verificar em que medida o tópico a respeito do qual deve versar a ‘Opinião Desfavorável’ interfere na elaboração da mesma.

Tanto o tema como os objetivos traçados para esta investigação tiveram sua origem em uma situação concreta de ensino/aprendizagem de PL2E. Essa mesma situação também motivou as cinco perguntas que norteiam este trabalho.

- De que modo a ‘Opinião Desfavorável’ é tratada pelos diferentes materiais didáticos de português como segunda língua para estrangeiros editados no Brasil?
- Como é elaborada, em português do Brasil, a emissão da ‘Opinião Desfavorável’?
- Que elementos lingüísticos compõem uma ‘Opinião Desfavorável’?

- Em que contextos – e diante de que pessoas – podemos, por exemplo, emitir uma ‘Opinião Desfavorável’ direta tal como fez a referida estudante?
- Em que medida o conteúdo proposto pelos materiais de PL2E se aproxima ou se afasta do quadro descritivo da ‘Opinião Desfavorável’?

A realização deste estudo envolveu, portanto, a busca de respostas para os questionamentos apresentados e elaboração de um quadro a partir do qual pudéssemos compreender as estratégias que empregamos no ato de elaborar a ‘Opinião Desfavorável’. Para tanto, foram considerados os materiais didáticos de PL2E, a fim de que pudéssemos verificar como a questão da ‘Opinião Desfavorável’ é tratada por eles e foram analisados enunciados produzidos por falantes de português do Brasil diante de situações que exigiam uma ‘Opinião Desfavorável’. Estes dados foram a base da elaboração de um quadro descritivo da ‘Opinião Desfavorável’.

Dão suporte a este estudo alguns conceitos advindos da lingüística sistêmico-funcional (Halliday, 1994), tais como: contexto de situação, variáveis situacionais [campo, modo e relações] e configuração contextual. Além disso, são fundamentais também conceitos do campo da pragmática como: ato de fala (Austin, 1962; Searle, 1981, 1995), polidez e face (Brown & Levinson, 2000 [1987]). Da Antropologia Social, contribuem os conceitos de ‘Casa’ e ‘Rua’ estabelecidos por DaMatta (1997 [1979]; 1997; 1999 [1984]).

Este estudo foi realizado em duas etapas. Na primeira delas, em caráter experimental, foram entrevistadas sete pessoas que tiveram de emitir opinião como reação a doze situações distintas, gerando oitenta e quatro<sup>2</sup> respostas que compõem o *corpus* da primeira fase desta pesquisa. Os dados dessa fase permitiram a elaboração daquilo que foi considerada uma taxionomia provisória do ato de emitir uma ‘Opinião Desfavorável’. Após essa fase, verificou-se a necessidade de ampliação do número de situações a que os participantes eram expostos. Uma vez os ajustes necessários tendo sido feitos, foi iniciada a segunda fase da pesquisa, da qual participaram noventa indivíduos, sendo quarenta e cinco de cada sexo. Todos os participantes tiveram de responder a um questionário composto de dezoito situações que apresentavam contextos situacionais distintos diante dos quais cada participante deveria elaborar uma

---

<sup>2</sup> Do total, uma resposta está inaudível.

‘Opinião Desfavorável’ (cf. Capítulo 4). Esse questionário, chamado *Discourse Completion Test* (DCT), é de uso corrente entre aqueles que se dedicam a estudar atos de fala. A aplicação do referido instrumento gerou mil seiscentas e vinte respostas que foram analisadas considerando-se critérios apresentados mais adiante, no capítulo referente à Metodologia. O objetivo, tal como visto anteriormente, era traçar um modelo de quadro descritivo para a emissão da ‘Opinião Desfavorável’ em português do Brasil que pudesse servir de suporte para aqueles que têm como tarefa ensinar ou projetar materiais didáticos de PL2E.

Antes de abordar a organização do trabalho, vale destacar as razões que levaram à escolha da denominação ‘Opinião Desfavorável’ no lugar de ‘Opinião Negativa’. A terminologia ‘Opinião Negativa’ remete-nos imediatamente e quase exclusivamente àquelas formulações que apresentam obrigatoriamente algum termo associado à elaboração da negação em português, como: *não, nunca, jamais, ninguém*, entre outros. Já na coleta da primeira fase, observou-se a produção de enunciados que não tinham nenhuma característica de formulações negativas, como por exemplo: “*é:: são bonitas. você: você gosta realMENTe de usar esse tipo de cor?*” [0021FaA12]<sup>3</sup>. Diante disso, a denominação ‘Opinião Negativa’ deixou de ser significativa para esta pesquisa. Já o conceito ‘Opinião Desfavorável’, por ser mais abrangente, admite formulações como a apresentada (cf. Capítulo 5).

Com relação à organização desta Tese, devem ser considerados 6 capítulos. Este primeiro Capítulo, tal como visto, tem a finalidade de apresentar as linhas gerais da pesquisa empreendida. O Capítulo 2 contempla uma discussão acerca do modo como os materiais didáticos de PL2E publicados no Brasil vêm, ao longo do tempo, tratando do ato de opinar de um modo geral e, mais especificamente, do ato de opinar desfavoravelmente. Para tanto, foi, inicialmente, realizado um levantamento dos materiais produzidos e publicados no Brasil entre 1948 – data considerada atualmente como o ano da primeira publicação de material para ensino de português do Brasil a falantes de outras línguas (Júdice e Almeida, 2006) – e 2006. Uma vez identificados os referidos materiais, cada um deles foi submetido a uma análise com o objetivo de verificar se apresentavam informações relativas ao ensino de ato de opinar, principalmente ao ato de opinar desfavoravelmente, visto que este é o interesse dessa pesquisa. Essas informações poderiam versar, por exemplo, sobre o

---

<sup>3</sup> O código se refere à identificação do informante (cf. Capítulo 4).

modo de estruturar lingüisticamente, em português do Brasil, tal ato ou ainda sobre as estratégias discursivas possíveis em um contexto brasileiro.

O Capítulo 3 é dedicado aos princípios teóricos que norteiam essa pesquisa. Inicialmente, por este se tratar de um estudo acerca da opinião, considerou-se pertinente traçar uma definição do que seja opinar para, na seqüência, abordar os princípios adotados. A realização desta pesquisa contou, tal como mencionado anteriormente, com a integração de conceitos relacionados a três campos teóricos relativos à área de estudos da linguagem: Lingüística Sistemico-Funcional, Pragmática e Antropologia Social.

No capítulo 4, são apresentados os aspectos relacionados à metodologia empregada na elaboração e desenvolvimento desta pesquisa. O Capítulo 5, por sua vez, é voltado para a apresentação da descrição dos dados, com destaque para a descrição das diferentes estratégias que empregamos na elaboração do ato de opinar desfavoravelmente e para o estabelecimento de uma taxionomia. Além disso, esse capítulo também se dedica a apresentar reflexões acerca dos motivos que levam um falante de português do Brasil a optar por uma estrutura em detrimento de outra similar. Finalmente, dedico o Capítulo 6 às considerações finais.